

SÃO FRANCISCO População local teme danos à saúde humana e animal

Risco de contaminação assusta os ribeirinhos

MIRIAM HERMES

Em Minas Gerais os ribeirinhos do rio Paraopeba foram avisados ontem que não devem beber da água, nem dar aos animais ou fazer qualquer outra utilização, porque há perigo de contaminação. Mesmo que não seja nada mortal, não é confortável saber que nossa água pode ficar imprópria ao consumo, diz o autor do professor Jonas Matos, morador de Bom Jesus da Lapa.

Ele se refere ao alerta dado ontem pelo governo do estado de Minas Gerais aos ribeirinhos do Paraopeba, que deixou em estado de atenção os moradores de regiões de clima semiárido, que tem no São Francisco sua principal fonte de consumo humano e para a des-

sedentação animal.

Conforme a nota do governo mineiro, qualquer pessoa que tenha tido contato com a água bruta do Rio Paraopeba — após a chegada da pluma de rejeitos ou ingerido alimentos da região afetada, e apresentar náuseas, vômitos, cecoria, diarreia, tonteira ou outro sintoma, deve procurar a unidade de saúde mais próxima e informar a situação.

Afluente do São Francisco, o Paraopeba foi o primeiro rio a receber, depois do Córrego do Feijão, a onda de sujeira oriunda dos rejeitos minerais, que se formou após o rompimento da barragem da mineradora Vale, no município de Brumadinho, no dia 25 de janeiro. “Embora haja pessoas minimizando a possibilidade da contaminação chegar à Ba-



Miriam Hermes / Ag. A TARDE

Regiões de clima semiárido têm no São Francisco principal fonte de abastecimento

Atual no estado, de forma a preservar a população que consome das águas do São Francisco na Bahia, haverá reunião na segunda-feira 4, na sede do Crea/BA.

Precaução

Para criar um grupo de trabalho (GT) que vai discutir uma linha conjunta de prevenção, com a participação de instituições e entidades públicas e privadas com

especialistas da área, que acompanham a onda de rejeitos.

Para a promotora Luciana Khoury, coordenadora do Núcleo de Defesa da Bacia do Rio São Francisco (Nusf), do Ministério Público do estado da Bahia (MP-BA), a ideia de criar um GT preventivo objetiva minimizar qualquer impacto negativo ao ecossistema da região, prin-

cialmente para a saúde humana e dos animais. Ela salientou que o núcleo está em contato direto com o Ministério Público de Minas Gerais e com equipes do Ibama e outros órgãos, monitorando a situação.

“Na segunda-feira, já queremos ter informações mais concretas sobre esses impactos, o que vai permitir que se tracem planos de ação mais efetivos”. Para o presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, Anivaldo Miranda, a tragédia de Brumadinho foi resultado de negligência do poder público em relação à política ambiental. A entidade vai participar da reunião em Salvador.

Miranda diz que os danos são gravíssimos, porque atingem todo o ecossistema. “O poder público precisa dar importância à política ambiental, melhorar o investimento na preservação do meio ambiente e no monitoramento das águas”, diz.

Barragens

Um grupo de trabalho também foi formado na quarta-feira (30), em reunião no Ministério Público da Bahia, para acompanhar a situação das barragens no estado.

“Estamos todos diante de uma triste realidade e indignados com o que ocorreu em Brumadinho.”

O Ministério Público da Bahia já solicitou aos promotores de Justiça diagnósticos atualizados dos procedimentos instaurados nas suas comarcas.

MP encerra atividades de mineração vizinha à Vale em MG

MIB Facebook / Reprodução



Vista geral das estruturas de beneficiamento da Mineradora Ibiritê Ltda (MIB)

MARCO ANTÔNIO JR. A TARDE SP

O Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG) determinou a paralisação das atividades da Mineração Ibiritê, em Brumadinho, vizinha à barragem de rejeitos da Vale. A juíza Perla Saliba Brito atendeu o pedido do MP e fixou multa de R\$ 1 milhão por dia em caso de descumprimento da decisão por parte da empresa Ibiritê. A decisão da magistrada baseia-se na proximidade com a barragem rompida, em evidentes danos ambientais e em pedidos anteriores do MP/MG, já que a mineradora foi acusada de “violação de direitos” pela justiça.

previdência”, mesmo com o licenciamento ambiental concedido em abril de 2018 (processo 047/2018). Segundo Perla Saliba, “o rompimento das barragens da Vale S/A coloca em dúvida a estrutura fi-

sica de Ibiritê, levando em conta os danos causados pelo rompimento das barragens do Córrego do Feijão.”

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA EM WWW.ATARDE.COM.BR/BRASIL

Riscos

A TARDE teve acesso ao pedido do MP e à decisão da juíza Perla Saliba Brito, que baseia o processo aberto em setembro de 2018 em supostas irregularidades ambientais. O parecer técnico do MP apontou “processos erosivos na área dos taludes da cava, nas pilhas de estéril e nas vias de circulação interna do empreendimento”. Segundo o documento, a análise mostra “comércio de feições de instabilidade em estruturas existentes no em-

Table with 4 columns: Nome, Endereço, Telefone, and Observações. Lists various municipal companies like PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEMBU DO PARAGUAI and PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA.

Table with 2 columns: Nome and Endereço. Lists 'SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAEE' and 'PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA'.

Public notice from 'SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SEC' regarding a bidding process for school equipment.

Public notice from 'EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E 'ON-LINE' DE SALA COMERCIAL - SALVADOR/BA' regarding a real estate auction.

Centrais Eólicas Pindal Ltda. Alteração e consolidação do contrato social. The text details the company's structure, including shareholders like TERP EÓLICA BRASIL I PARTICIPAÇÕES LTDA and TERP EÓLICA BRASIL II PARTICIPAÇÕES LTDA, and discusses the company's financial and operational status.